

# Comissão terá que resolver rombo

Josemar Gonçalves 19.9.88

O Governo mudou a estratégia para tentar manter, junto à Comissão Mista de Orçamento, a sua proposta para o pagamento das dívidas dos Estados, que representam Cz\$ 450 bilhões. Ontem, depois da reunião com o presidente José Sarney, os líderes governistas começaram a admitir a “negociação” entre a proposta do Governo e a do relator da Comissão, senador Almir Gabriel, de Cz\$ 70 bilhões, desde que a Comissão defina de onde serão retiradas essas novas receitas. Com isso, o Planalto pretende remeter ao Congresso o ônus do aumento do déficit público e decisão sobre os programas que sofrerão cortes no orçamento do ano que vem.

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant’Anna (PMDB/BA), disse que o presidente Sarney “está disposto ao entendimento, mas não aceitará qualquer fórmula que não reduza, objetivamente, o déficit público. Sant’Anna explicou que o relatório do senador Almir Gabriel não traz essa solução “objetiva”, já que “simplesmente anistia os Estados do pagamento da dívida vencida e cria a cascata para as dívidas a vencer”, dando perdão total do pagamento a 17 Estados”.

Segundo o líder do Governo a proposta da relatoria da Comissão ainda cria um “problema maior”, por remeter ao Governo Federal a responsabilidade de decidir de onde serão retirados os créditos para suprir essa receita “que constitucionalmente não poderia ser alterada”. Sant’Anna disse que “assim fica muito fácil para a Comissão”, justificando que “ela decide anistiar o pagamento das dívidas, mas remete ao Governo toda a responsabilidade”.

Sant’Anna disse que essa questão dificilmente poderá ser resolvida da maneira que está sendo colocada no relatório de Almir Gabriel sem gerar déficit público, aumento de impostos e emissão de títulos. Explicou que a dívida dos Estados



**Sant’Anna: acordo sem déficit**

faz parte do montante da dívida externa do Brasil “que está em aberto”. Ou seja, mesmo que o Orçamento de 89 estabeleça que os Estados serão anistiados, o Governo Federal terá que pagar Cz\$ 306 bilhões só de juros das duas dívidas — da União e dos Estados.

O líder assegurou que a reação inicial dos membros da comissão — favorável à proposta dos governadores — está começando a se alterar. Para ajudar o Governo na manutenção da proposta original, os líderes estão contando com o apoio do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), que deste a primeira audiência com o presidente José Sarney, há duas semanas, ficou preocupado com as possíveis consequências desde corte.